

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A respeito da arqueologia da ocupação do homem nas Américas, julgue os itens a seguir.

- 51** Sabe-se que, ao menos, desde 13.000 AP há assentamentos humanos desde a América do Norte até o sul da América do Sul. Datas anteriores existem e são cada vez mais comuns nas publicações, mas a sua associação com contextos arqueológicos bem definidos ainda é alvo de controvérsias.
- 52** Os sítios arqueológicos da Serra da Capivara, no Piauí, e de Santa Elina, no Mato Grosso, são comumente referenciados como os mais antigos assentamentos do território brasileiro, porém o caráter arqueológico das datações mais recuadas desses sítios, permanece sob intenso debate, uma vez que não há contextos arqueológicos seguramente pleistocênicos nesses locais.
- 53** O termo paleoíndio é utilizado para denominar os primeiros habitantes do continente americano que, via de regra, dependiam da caça de animais de grande porte para o sustento de suas comunidades.

Programada para ser construída em um dos principais rios da bacia amazônica, uma usina hidroelétrica causará o deslocamento de centenas de pessoas que residem em uma área que será inundada pelo seu reservatório. São famílias que, há muitas gerações, sepultam seus familiares falecidos em um cemitério que existe naquela área e que também será inundado. Foi-lhes proposto o deslocamento dos restos mortais para outros locais, mas a população não autorizou essa ação.

Tendo como referência essa situação hipotética, julgue os itens que se seguem, a respeito do papel do gestor do patrimônio arqueológico e a necessidade de postura ética frente ao impasse retratado.

- 54** O gestor deve determinar a imediata remoção dos restos mortais, ainda que à revelia do direito das famílias afetadas sobre tais remanescentes, em prol do bem maior representado pela produção de energia elétrica para o país.
- 55** Se exauridas todas as possibilidades de negociação aventadas para um acordo amigável entre as partes, a gestão patrimonial deverá se posicionar a favor das famílias locais e, por consequência, pela proteção ao patrimônio arqueológico em risco.
- 56** Para uma tomada de decisão ética acerca da construção da usina, será necessário averiguar se haverá impactos positivos do empreendimento para a população a ser afetada pela inundação da área e se a ausência de alternativa viável torna imperativa a implantação da usina nesse local para a manutenção de níveis seguros de produção de energia elétrica para o país.

Segundo a política predominante no Brasil até a década de 1980, as Unidades de Conservação criadas deveriam retirar as ocupações humanas da área demarcada, a fim de evitar que a interferência das pessoas levasse a uma descaracterização do ambiente selecionado para proteção integral.

Com relação ao movimento subsequente, que levou à criação, a partir de 1990, de diversas reservas que permitem o uso voltado ao chamado desenvolvimento sustentável, julgue os itens que se seguem.

- 57** Os territórios contidos nas unidades de conservação, sem a presença das comunidades que tradicionalmente os ocupavam, passam por um processo de desestruturação da malha de significados dos lugares, de maneira que ocorrem alterações em suas paisagens arqueológicas, que vinham sendo construídas, muitas vezes, há milênios.
- 58** Hoje, sabe-se que há situações em que, quando retiram-se as ocupações humanas tradicionais de uma determinada área, a biodiversidade cai devido à ausência de um elo fundamental na cadeia que promove a dinâmica de sua manutenção.

A respeito da gestão de processos no âmbito da arqueologia preventiva em empreendimentos, julgue os itens subsecutivos.

- 59** Nas obras de um empreendimento de baixa interferência sobre as condições vigentes do solo, localizado em áreas alteradas e não coincidentes com sítios arqueológicos cadastrados, não há necessidade de qualquer avaliação arqueológica prévia, ficando os seus responsáveis obrigados a comunicar ao IPHAN, apenas caso encontrem — e sejam capazes de detectar — contextos culturais no local.
- 60** Sítios arqueológicos localizados em áreas diretamente afetadas por empreendimentos devem ser resgatados, mesmo que seja viável a sua preservação *in situ*, devido ao risco de perda de informações arqueológicas relevantes.
- 61** Somente será aceito como arqueólogo coordenador ou como arqueólogo coordenador de campo o profissional que não possuir em seu nome pendências injustificadas em relação à apresentação de relatórios de outros projetos ou programas anteriores.

A respeito da arqueologia dos sambaquis da costa brasileira, julgue os próximos itens.

- 62** Sambaquis, sítios monumentais que se destacam nos ambientes litorâneos em que estão implantados, representam não apenas espaços habitacionais, mas também lugares onde eram desenvolvidas atividades específicas, inseridos em sistemas de assentamento regionais pouco conhecidos, com raros outros tipos de sítios identificados.
- 63** Na região Sudeste, os sambaquis registrados com datação mais antiga estão nos sítios do Vale do Rio Ribeira do Iguape (cerca de 9.000 AP), onde os sambaquis predominantemente formados pela acumulação de restos de gastrópodes têm sequências estratigráficas assemelhadas a sítios costeiros que, normalmente, são muito mais recentes, com datações entre 6.000 AP e 3.000 AP.
- 64** Em geral, os sambaquis são capeados por depósitos cerâmicos compostos predominantemente por terras pretas e estruturalmente semelhantes aos depósitos em que predomina o material malacológico.
- 65** A alta densidade de material faunístico nos sambaquis tem levado à interpretação de que eles constituíram acampamentos temporários para sociedades de caçadores/coletores cuja dieta era altamente dependente da coleta de moluscos, não havendo sinais da prática da agricultura.

- 66** As escavações sistemáticas em sambaquis começaram somente na década de 60 do século passado, quando programas de pesquisa franceses e norte-americanos iniciaram, isoladamente, investigações pioneiras nesses lugares.
- 67** Em contraposição a interpretações anteriores, dados zooarqueológicos obtidos a partir de 1990 mostram que a dieta das comunidades sambaquieiras era baseada na pesca intensiva com redes em baías e lagoas e complementada pela coleta de alimentos nos manguezais.

Durante o I Seminário Internacional de Gestão do Patrimônio Arqueológico Pan-Amazônico, promovido pelo IPHAN em 2007 na cidade de Manaus/AM, ficou definido que, para a gestão do patrimônio arqueológico, o conceito de terra indígena abrange tanto aquelas terras administrativamente demarcadas pelo governo brasileiro, aquelas de alguma forma reconhecidas e assumidas pelos outros países da América do Sul, como as áreas consideradas tradicionais pelas populações indígenas, demarcadas ou não, em especial seus locais de significância simbólica/sagrada/cultural.

Considerando essas informações e acerca das pesquisas arqueológicas em terras indígenas tradicionais, julgue os itens seguintes.

- 68** Os projetos, necessariamente, devem ser executados sob as diretrizes de uma arqueologia colaborativa.
- 69** As comunidades indígenas devem ser as principais beneficiadas pelas pesquisas: povos e comunidades tradicionais devem ter primazia na definição dos métodos e na apropriação dos resultados obtidos por pesquisas arqueológicas em suas terras, cabendo ao Estado somente garantir que os materiais coletados fiquem à disposição para acesso pelos interessados, o mais próximo possível de seus locais de origem.
- 70** Em relação ao licenciamento ambiental de empreendimentos em terras indígenas, as consultas devem preceder quaisquer atividades ligadas ao desenvolvimento dos projetos e devem garantir aos indígenas a possibilidade de decidirem pela inviabilidade das obras.
- 71** Análises específicas da presença, na área de impacto dos empreendimentos, de locais ou paisagens de significado simbólico/sagrado para sociedades indígenas devem estar exclusivamente à cargo dos projetos sob gestão da FUNAI.
- 72** Projetos voltados especificamente ao patrimônio arqueológico devem limitar-se aos vestígios materiais de ocupação humana pretérita encontrados nos sítios arqueológicos, de maneira que a gestão seja voltada para as características de redundância *versus* de relevância dos achados, para se garantir que os contextos sejam amostrados adequadamente.
- 73** Comprovar a continuidade histórica entre o registro etnográfico e o arqueológico pode ser irrelevante para as pessoas que usufruem do patrimônio arqueológico, uma vez que o conteúdo simbólico que os vestígios do passado possuem no presente é o que normalmente define as relações entre os sítios arqueológicos e as ocupações tradicionais de um determinado território.

Julgue os próximos itens de acordo com a legislação brasileira vigente aplicada à arqueologia.

- 74** As coisas e os bens de interesse arqueológico resgatados de afundamentos em águas sob jurisdição nacional deverão permanecer no domínio da União.
- 75** A Resolução CONAMA n.º 1/1986 estabelece que o estudo de impacto ambiental de um empreendimento deve conter o diagnóstico ambiental da área de influência desse empreendimento, considerando-se, entre os aspectos socioeconômicos, os sítios e monumentos arqueológicos.
- 76** Um arqueólogo deve acompanhar pessoalmente a execução de um empreendimento classificado como de baixa ou média interferência sobre as condições vigentes do solo que permitam medidas preventivas em campo.
- 77** Na hipótese de um empreendimento provocar danos a bens culturais acautelados, cabe ao IPHAN, no âmbito do licenciamento ambiental, determinar as medidas de controle e de mitigação dos danos a serem adotadas pelo proprietário do empreendimento.
- 78** Os estudos necessários à elaboração de processo de licenciamento ambiental, no que se refere às pesquisas arqueológicas, são de responsabilidade exclusiva dos funcionários do IPHAN devidamente habilitados, conforme dispõe a Resolução CONAMA n.º 237/1997.

Com base no que dispõem as portarias do IPHAN, julgue os itens que se seguem.

- 79** As instituições de guarda e pesquisa devidamente cadastradas como tal têm competência para autorizar e fiscalizar os trabalhos dos arqueólogos em campo.
- 80** O pedido de permissão para pesquisa e escavação arqueológica é privativo de pessoa jurídica.
- 81** O pesquisador, ao preencher a ficha de registro de sítio arqueológico por ele descoberto, pode atribuir ao sítio um nome de sua escolha.
- 82** A movimentação de bens arqueológicos dentro do território nacional é normatizada por portaria do IPHAN.

Acerca de sítios e coleções arqueológicas, julgue os itens subsequentes.

- 83** Os sítios arqueológicos com vestígios de atividades puramente econômicas e de sobrevivência são denominados de sítios cerimoniais.
- 84** Recomenda-se que os materiais arqueológicos sejam reunidos em museus e coleções centrais ou regionais, a fim de se facilitarem pesquisas comparativas.
- 85** A metodologia do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) consistia em coletas superficiais para identificação de sítios arqueológicos.

A respeito de datação relativa, julgue o item a seguir.

- 86** As datações relativas, assim denominadas por apresentarem margem de erro, são as obtidas por processos físico-químicos disponíveis aos arqueólogos desde a década de 1950.

Com referência ao tratamento de material arqueológico em laboratórios, julgue os seguintes itens.

- 87** De acordo com as recomendações do IPHAN para conservação de bens arqueológicos móveis, o acervo deve receber números de inventários que não identifiquem o sítio arqueológico de onde foram resgatados.
- 88** Artefatos líticos que apresentam resíduos que caracterizem seu uso não devem ser higienizados por lavagem.
- 89** Bens arqueológicos provenientes de meios úmidos devem ser expostos ao sol para secagem antes de serem transportados para laboratório.
- 90** Bens arqueológicos fragmentados poderão ser colados, desde que se utilizem materiais e técnicas reversíveis que não comprometam a análise e a conservação desses bens.

Acerca dos sistemas de informação e classificação do patrimônio arqueológico, julgue os itens subsequentes.

- 91** O Cadastro de Bem Arqueológico Móvel constitui um inventário dos bens arqueológicos móveis existentes em diversas instituições do país.
- 92** O acesso ao Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos, que reúne informações sobre os sítios arqueológicos brasileiros, é restrito a arqueólogos e funcionários do IPHAN.

Com relação à responsabilidade social do arqueólogo, julgue os próximos itens.

- 93** O principal objetivo das audiências públicas arqueológicas é informar a população sobre as decisões previamente tomadas por empresas no âmbito do licenciamento ambiental.
- 94** A arqueologia preventiva é conceituada como um conjunto de técnicas e padrões éticos de conservação e restauração de bens arqueológicos adotado em ambiente de laboratório.
- 95** O termo arqueologia pública surgiu nos Estados Unidos da América na década de 70 do século passado com a obra de Charles McGimsey, que demonstrou a importância social da atuação do arqueólogo.

Acerca do tráfico de bens arqueológicos, julgue os itens subsequentes, à luz da legislação brasileira que trata desse assunto.

- 96** Objeto de interesse arqueológico encontrado em território brasileiro poderá ser vendido para o exterior desde que haja autorização expressa da Casa Civil e da Presidência da República.
- 97** Em âmbito internacional, um bem cultural obtido mediante escavações ilícitas só será considerado furtado se assim prever o ordenamento jurídico do Estado onde as referidas escavações tenham ocorrido.

A respeito de princípios fundamentais do direito ambiental, julgue os itens subsequentes.

- 98** A obrigação de o predador indenizar os danos causados por ele ao meio ambiente está amparada no princípio do poluidor pagador.
- 99** O princípio do usuário pagador estabelece que quem utiliza o recurso ambiental deve suportar os custos advindos dessa prática.
- 100** Na linha da harmonização entre a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento econômico, a Constituição Federal de 1988 estabelece a defesa do meio ambiente e permite tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.
- 101** De acordo com a Constituição Federal de 1988, o meio ambiente ecologicamente equilibrado é essencial à sadia qualidade de vida, por isso consiste em bem de uso especial do povo.
- 102** A realização de obras de engenharia destinadas ao uso comercial deverá ser precedida de estudo prévio de impacto ambiental, em razão do princípio da precaução.

Acerca do licenciamento ambiental e do poder de polícia ambiental, julgue os itens seguintes.

- 103** Para emissão do licenciamento ambiental, o órgão ambiental competente poderá avaliar a localização do empreendimento potencialmente poluidor, mas não poderá adentrar nas suas instalações, porque tal conduta extrapola o poder de polícia cabível a essa autoridade.
- 104** A fabricação e a montagem de veículos rodoviários serão sujeitas ao licenciamento ambiental caso haja laudo técnico oficial que ateste risco de degradação ambiental.
- 105** Para a definição da sanção decorrente de conduta infracional contra o meio ambiente, deverão ser considerados a gravidade dos fatos e os antecedentes do infrator, sendo vedada como critério a situação econômica deste.
- 106** O poder de polícia ambiental é efetivado por meio do auto de infração, que conterà a imposição das medidas elencadas na legislação.
- 107** É lícita a cumulação de advertência com aplicação de multa para uma mesma conduta infracional contra o meio ambiente.

No que se refere à responsabilidade ambiental, ao dano ambiental e à sua reparação, julgue os itens a seguir.

- 108** Por entender que o dano ambiental afeta uma pluralidade difusa de vítimas, a legislação brasileira o considera a partir de dois prismas: o da vítima imediata e o da vítima mediata.
- 109** Em relação à lesividade ou à extensão, o dano ambiental pode ser patrimonial ou extrapatrimonial.
- 110** Para a responsabilização por dano ambiental, é necessária a existência da ação lesiva, do dano, do nexo com a fonte poluidora ou degradadora e da prova de culpa do agente.
- 111** A legislação brasileira conceitua como dano ambiental qualquer alteração adversa das características do meio ambiente.

A respeito do estudo de impacto ambiental (EIA), das áreas de preservação permanente e das unidades de conservação, julgue os próximos itens.

- 112** O EIA tem como objetivo analisar a viabilidade de determinada atividade e apresentar alternativas para minimizar impactos negativos ao meio ambiente.
- 113** A alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente é considerada impacto ambiental somente se tiver afetado a biota.
- 114** O licenciamento de aterros sanitários estaduais depende de elaboração de estudo de impacto ambiental, que deve ser submetido ao IBAMA e, supletivamente, aos estados.
- 115** O EIA constitui um instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente e possui natureza jurídica de instituto constitucional.
- 116** Assegurar o bem-estar da população humana é uma das funções das áreas de preservação permanente.
- 117** É vedada a supressão de vegetação nativa em área de preservação permanente, ainda que se trate de hipótese de utilidade pública.
- 118** As unidades de conservação, consistentes no espaço territorial e seus recursos ambientais, são legalmente instituídas pelo poder público, sob regime especial de administração.
- 119** Caso seja constatada a supressão de vegetação de área de preservação permanente situada em imóvel rural alienado, a obrigação de promover a recomposição da vegetação será transmitida ao comprador do imóvel.
- 120** A criação de uma unidade de conservação será precedida de estudos técnicos, exigindo-se a realização de consulta pública apenas se a área estiver ocupada por população indígena.
- 

**Espaço livre**

---